



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8141

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votados ou não tramitados

**Autoria:** Frank Wanderley de Lima

**Data:** 02/06/2009

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 039/2009. (NÃO VOTADO). Institui a "Semana de Orientação Postural" nas escolas municipais de ensino fundamental de Montes Claros, conforme Decreto Presidencial nº 6.286, de 05/12/2007, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.6

**Posição:** 07

**Número de folhas:** 06

---

Expediente: PL  
Categoria: não votados  
Cx: 26.6  
Ordem: 07  
nº fls: 04



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 039/ 2009

**AUTOR:**

Ver. Frank Wanderley de Lima ( Frank Cabeleireiro )

**ASSUNTO:**

Institui a Semana de Orientação Postural nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Montes Claros Conforme Decreto Presidencial nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007 e dá Outras Providências .

### MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em 02/06/2009**  
**Comissão Legislação e Justiça**
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Gabinete do Vereador Frank Wanderley de Lima**

**PROJETO DE LEI Nº 39/2009**

**“Institui a Semana de Orientação Postural nas Escolas Municipais do ensino Fundamental de Montes Claros conforme decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 e dá outras providências”.**

O povo do Município de Montes Claros – MG por seus representantes na Câmara Municipal, aprovo e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica instituída a Semana da Orientação Postural na rede Municipal de Ensino.

**Parágrafo Único** - Para a consecução da campanha, o Prefeito Municipal poderá firmar convênios e/ou parcerias com Universidades, que realizem atividades relacionadas à saúde e educação.

**Art.2º** - A Semana de Orientação Postural objetiva promover e sensibilizar os professores, pais e alunos sobre a importância de uma boa postura corporal.

**Art.3º** - No decorrer da Semana de Orientação Postural, serão realizadas atividades que reforcem o conhecimento dos professores, estimulem e promovam a atenção dos alunos e seus pais sobre a necessidade de cuidados permanentes com os problemas decorrentes do desvio postural, envolvendo:

I Uma campanha educativa em toda a rede de ensino de Montes Claros, desenvolvendo no âmbito da saúde escolar a prevenção de alterações posturais.

**Art.4º** - A Semana da Orientação Postural será realizada anualmente, sob iniciativa da Secretaria Municipal de Educação (SME), podendo concorrer para seu planejamento e organização a participação de profissionais e instituições públicas que atuem no campo da saúde e educação em Montes Claros.

**Art.5º** - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de junho de 2009.

*Frank Wanderley de Lima*  
Frank Wanderley de Lima  
Vereador









## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Frank Wanderley de Lima

### JUSTIFICATIVA

Sabemos que o Programa Saúde na Escola-PSE, instituído pelo decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, visando efetivar uma atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens no âmbito do ensino básico, no escopo da tríade prevenção, promoção e atenção.

Buscando-se com a criação da Semana de Orientação Postural a construção de vínculos entre o poder público e a sociedade, por intermédio da atenção à saúde na ótica prevencionista, essencial à conjunção democrática entre os propósitos sociais e as decisões que visam a sua consecução.

Estudos demonstraram que aproximadamente 80% da população adulta estão sujeitos ao desenvolvimento de problemas posturais, em grande parte associados a disfunções posturais iniciadas ainda na infância e adolescência.


Crianças e adolescentes em idade escolar são particularmente suscetíveis aos problemas posturais, em razão de modificações no sistema ósseo que ocorrem entre 7 e 14 anos, tornando-as mais suscetíveis à má-formação.

Justifica-se assim a importância da atenção aos problemas de correção postural com foco na criança e no adolescente, para corrigir ou evitar desvios posturais comuns nessa faixa etária.

São conhecidas as situações que favorecem esse tipo de disfunção, como a inadequação do mobiliário escolar às necessidades das crianças, e, sobretudo, o peso excessivo das mochilas escolares, assim como a sua inadaptação ergonômica, acarretando vícios posturais que instalam ou agravam problemas de postura pela demanda excessiva da musculatura lombar.

Soma-se a isso o problema da postura inadequada de crianças e adolescentes durante as aulas, os quais, em razão das transformações que ocorrem na estrutura óssea durante a puberdade, precisam adequar o equilíbrio postural às novas proporções do corpo, desenvolvendo assim novos hábitos corporais. Se estes não forem adequados, desencadeiam disfunções posturais que irão se agravar na vida adulta.

A abordagem das disfunções posturais nas escolas possibilita uma atenção maior à saúde dos alunos, não somente no campo preventivo, mas também da intervenção com a detecção de vícios de postura que poderão predispor à degeneração da coluna na vida adulta, assim como reconhecer quadros precoces de vícios posturais que podem ser revertidos por meio de ações profiláticas através da orientação dos fisioterapeutas e dos educadores.

  
Frank Wanderley de Lima  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 39/2009 QUE “Institui a Semana de Orientação Postural nas Escolas Municipais do ensino Fundamental de Montes Claros conforme Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 e dá outras providências”, de autoria do Vereador Frank Wanderley de Lima.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto tem como escopo instituir a Semana de Orientação Postural nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Montes Claros.

Entretanto, ao nosso sentir, referido projeto revela-se ilegal, por ferir o princípio constitucional da independência dos poderes, haja vista que em seu artigo 4º cria novas funções e atribuições para a Secretaria Municipal de Educação.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de junho de 2009.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 039/2009**

**AUTOR:** Vereador Frank Wanderley de Lima

**MATÉRIA:** Institui a Semana de Orientação Postural nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Montes Claros Conforme Decreto Presidencial nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007 e dá Outras Providências.

**I- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/06/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 15/06/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto, em análise, institui a Semana de Orientação Postural nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Montes Claros conforme Decreto Presidencial nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007 e dá Outras Providências.

Verifica-se que ao instituir a presente norma, a sua aplicação, no âmbito da administração direta do município, cria atribuições para a Administração Pública (artigo 4º do PL), o que é vedado pelos artigos 61 da Constituição Federal e 51 da Lei Orgânica Municipal, os quais dispõem sobre as matérias de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Sendo assim, esta Comissão entende que o presente projeto de lei incide em vício de iniciativa, contrariando princípios legais e/ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2009.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: \_\_\_\_\_